

## O INDUSTRIALISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL 1808-1920 (\*).

Se, entre os fatores responsáveis pelo nosso processo de industrialização ocupam, obviamente, lugar de destaque, os de ordem econômica, particularmente a expansão do setor exportador, durante a segunda metade do século XIX, não resta dúvida que os fatores de ordem não-econômica não devem ser esquecidos.

Os estudos recentes sobre História Econômica (refiro-me particularmente aos trabalhos dos seguidores da escola de W. W. Rostow) têm salientado a importância dos elementos culturais e da estrutura social sobre as decisões na esfera econômica. E' justamente para um desses elementos extra-econômicos que desejaria chamar a atenção nesse rápido panorama da formação industrial do Brasil, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Trata-se desse desejo, dessa vontade de industrializar-se, dessa vocação "desenvolvimentista" que hoje empolga o povo brasileiro, mas cujas raízes vamos encontrar em éras passadas, em pleno regime colonial, no século XVIII, quando alguns indivíduos e mesmo grupos já reivindicavam a necessidade de se implantar manufaturas no país.

Para citarmos apenas um exemplo, basta lembrar o plano dos Inconfidentes mineiros, em cuja República as manufaturas constituíam peças capitais da ordem econômica a ser instaurada. E' significativo o papel de José Alvares Maciel, encarregado de dirigir essa industrialização. Estivera ano e meio na Inglaterra observando seu desenvolvimento industrial e representava a nova geração brasileira que, na Europa, recebia uma educação menos clássica e mais voltada para as ciências experimentais. E' evidente, pois, a existência de um interesse local por técnicas mais avançadas; portanto de uma condição importante para a transferência de conhecimentos tecnológicos e ati-

---

(\*) — Conferência realizada em 22-X-1962 no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo sob os auspícios da Sociedade de Estudos Históricos (Nota da Redação).

tudes perante os negócios (1) e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico.

O exemplo de Minas esclarece ainda outros aspectos da vocação industrialista do Brasil. Esta fundamentava-se, inicialmente, e fundamenta-se hoje, no imenso potencial representado pelos nossos recursos naturais. Confrontando-se porém, essas riquezas com a situação real de pobreza existente, caminharam os mineiros, como mais tarde caminhariam os líderes industrialistas brasileiros, para uma atitude de perplexidade ante o fato de permanecerem pobres, numa terra tão dadivosa. Alcindo Guanabara, em 1895, ainda se espantava ante o que denominava “o mistério da nossa progressiva miséria” (2), de nossa falta de capacidade em capitalizar os lucros da nossa produção.

Surge, assim, uma consciência coletiva da necessidade de industrializar o país, como a única forma de garantir sua prosperidade e o único meio de valorizar suas riquezas. E’ essa luta que vai preparar psicologicamente a nação para tirar o maior partido das condições existentes e a existir, para dotar, finalmente o país de um sistema industrial a altura de sua grandeza e de seus anseios.

Podemos distinguir três fases no movimento em prol da industrialização do país, durante o período que se estende desde a vinda de D. João VI e o fim das restrições coloniais até a queda do Império, em 1889. Numa primeira fase, todo o país abre-se, por assim dizer, às perspectivas da industrialização, procurando, por este meio uma solução à situação de recesso econômico em que o deixara a decadência das minas de ouro. Particularmente estimulante era o exemplo da Inglaterra cujo poderio crescente apoiava-se numa estrutura econômica em que as indústrias representavam um elemento de importância capital.

Não eram pequenas as dificuldades de ordem técnica e econômica a vencer e, nessas condições, só sob um forte impulso estatal, acreditava-se, poderia o Brasil recuperar seu atraso no setor industrial. Teria que partir da estaca zero, pois toda a atividade manufatureira que aqui surgira na época colonial,

---

(1). — T. C. Cochram, “An Historical Approach to Economic Development”, *Première Conférence Internationale d’Histoire Economique*, Stockholm, 1960, p. 15.

(2). — Nícia Villela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, São Paulo, 1961, p. 70.

fôra desmantelada pelas drásticas medidas da corôa portugueza nas últimas décadas no século XVIII.

Por outro lado, sendo nossa estrutura político-social ainda do tipo Antigo Regime, essa primeira tentativa de implantação industrial só poderia ser realizada dentro dos quadros tradicionais do mercantilismo estatal. Vamos ter dêste modo as primeiras experiências de tipo colbertista — as **fábricas nacionais**. A prática, se não apresentava, evidentemente, nem a amplitude, nem a sistematização do colbertismo, lembrava contudo as manufaturas reais de Colbert, pela idéia central de privilégio e monopólio concedido pelo Estado.

Esta política industrial do Príncipe Regente D. João, foi consubstanciada em dois alvarás régios: um, colocando os princípios da política industrial do Brasil — o de 1.º de abril de 1808, revogava as peias do sistema colonial e pretendia inaugurar, no país, a éra industrial, com o objetivo de multiplicar a riqueza nacional, promover o desenvolvimento demográfico e dar trabalho a um certo elemento da população que não se acomodava à estrutura sócio-econômica vigente; e outro, estabelecendo medidas de ordem prática, o de 28 de abril de 1809 que concedia isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isenção de impôsto de exportação para os produtos manufaturados do país, utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais e, enfim, as medidas reveladoras dos resquícios mercantilistas — a concessão de privilégios exclusivos, por 14 anos, aos inventores ou introdutores de novas máquinas e a distribuição anual de 60 mil cruzados, produtos de uma loteria do Estado, às manufaturas que necessitassem de auxílio, particularmente as de lã, algodão, sêda, ferro e aço.

Dois anos, porém, após o alvará concedendo liberdade de indústria, era assinado um tratado com a Grã-Bretanha, conferindo às manufaturas inglêsas uma tarifa preferencial de 15%, inferior mesmo à outorgada aos gêneros portuguezes que pagavam 16%. Nos anos seguintes o govêrno brasileiro foi concedendo, paulatinamente, às outras nações, os privilégios auferidos pelos inglêses, estabelecendo assim o livre-cambismo. Nessas condições nenhuma fábrica animava-se a se instalar. Subsistiu, entretanto, graças ao apôio do Estado, e às dificuldades de comunicação uma pequena indústria artesanal. E' necessário esperar até a década de 1840 para termos as primeiras fábricas prôpriamente modernas do Brasil.

Segundo Celso Furtado, o tratado de 1810, embora constituindo “séria limitação à autonomia do governo brasileiro no setor econômico” (3), não teve a importância que lhe é comumente atribuída, como impecilho à industrialização do Brasil, na primeira metade do século XIX (4). Inteiramente de acordo, se nos colocarmos sob um ponto de vista estritamente econômico e da viabilidade das empresas. De uma perspectiva histórica, porém, o tratado de 1810 teve importância, pois atuou no sentido de retardar experiências, viáveis ou não economicamente, que de outro modo ter-se-iam já incorporado à nossa formação industrial. E a prova é que, na década de 1840, depois de expirarem os diversos tratados comerciais do Brasil com as nações estrangeiras, várias fábricas de tecidos se instalaram em diversas regiões do país (5). Estimulados pelo ligeiro protecionismo instaurado pela tarifa Alves Branco (1844) animaram-se os empresários a tentar a grande aventura da industrialização.

Essa segunda fase da industrialização brasileira, cujo núcleo fundamental era constituído pela indústria textil do algodão, distinguiu-se da primeira por não se apoiar mais nos privilégios e subvenções estatais, mas reivindicar essencialmente uma tarifa protecionista e apresentar, portanto, um cunho mais acentuadamente nacionalista. Estava superado o mercantilismo do estágio prévio. Mas, se no início do século XIX, a nação apresentava-se praticamente unânime a favor da industrialização, nos meados do século essa unanimidade já não mais existia. Anteriormente, via-se, na indústria, o caminho para o enriquecimento e o progresso do país cujas riquezas potenciais faziam prever um destino eminentemente industrial. Agora o êxito da cultura cafeeira apontava para rumos diferentes e parecia indicar, ao contrário, a “predestinação” agrícola do Brasil.

Em face da ideologia do industrialismo erguia-se a do agrarismo que naquele momento representava, sem dúvida, os mais fortes interesses do país. Lutavam, em vão, contra êsses interesses, a minoria dos que ainda acreditavam na industrialização. Mesmo aquêles que, como Rodrigues Tôrres, reconheciam a superioridade da indústria e do comércio como fonte de riqueza, por ser a capitalização um fenômeno muito lento nos

---

(3). — Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, p. 115.

(4). — *Ibid.*, p. 121.

(5). — Stanley J. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*, Cambridge, 1957, p. 12.

países puramente agrícolas, recomendavam, contudo, muita cautela ao adotar-se uma política protecionista para não se almentar indústrias fictícias, nem ofender os interesses agrícolas (6).

Em vista dessas circunstâncias, os industrialistas não conseguiam impor seus pontos de vista, nem obter tarifas protecionistas. Os dirigentes brasileiros defrontados com o dilema — promover a industrialização do país, que reconheciam ser uma necessidade nacional, e atender, ao mesmo tempo, os interesses da lavoura — hesitaram em adotar uma política francamente protecionista. Por outro lado, repousando a sistema tributário brasileiro na renda alfandegária que, na década de cinquenta constituía 62% da arrecadação total do país (7), exigiam os interesses orçamentários uma tarifa essencialmente fiscal. Nesse impasse permanecerá a política alfandegária brasileira, incapaz de satisfazer, nem aos partidários de uma política protecionista, nem aos defensores de um regime de livre troca. Com as reformas alfandegárias de 1857 a 1860 instaurou-se um regime, não de livre câmbio, conforme pleiteavam os liberais, mas sim de satisfação à lavoura monocultora que exigia o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, por meio, entre outras medidas, de uma redução dos impostos de importação.

Dada essa situação e, apesar da inusitada atividade industrial dos meados do século, reflexo mais da expansão econômica do Brasil do que de uma política protecionista, não havia clima, nem condições para um vigoroso impulso industrial. Era necessário o espírito audaz de alguns pioneiros para levar avante qualquer empreendimento fabril e mesmo estes eram, muitas vezes, esmagados pelo estado econômico do país, pela mentalidade conservadora de sua sociedade novecentista. As poucas fábricas que subsistiram durante as décadas de 1840 a 1870, mantiveram-se graças a privilégios de exploração, de subvenções governamentais e isenções de direitos de importação; em certas regiões como o único substituto possível à produção agrícola decadente, como no caso da Bahia (8), enquanto que em outras as dificuldades de comunicação e o alto custo do transporte atuavam como meios de proteção.

Uma série de acontecimentos iria, contudo, reanimar as atividades industriais, no fim da década de sessenta. A guerra

(6). — Nícia Villela Luz, *op. cit.*, p. 20.

(7). — *Ibid.*

(8). — Stanley J. Stein, *op. cit.*, p. 21-

civil dos Estados Unidos havia produzido um surto notável na cultura algodoeira do Brasil e a expansão do cultivo do algodão, por sua vez, provocou um renascimento da indústria textil do algodão. Como fator provavelmente mais decisivo, foi a Guerra do Paraguai, já que o impulso não se limitou à indústria de tecidos, mas atingiu vários outros setores, como o de produtos químicos, instrumentos óticos e náuticos, couros, vidros, chapéus, cigarros, papel, etc. A Guerra do Paraguai, com seu cortejo de emissões favoreceu a expansão econômica e, exigindo, pelos encargos que impôs ao país, uma agravação dos direitos aduaneiros, veio oferecer à indústria uma proteção mais adequada.

É possível também que para a expansão industrial do Brasil, a partir da década de setenta, tenha contribuído a disponibilidade de capitais antes empregados na agricultura e então desviados de alguns setores dessas atividades pela queda dos preços de certos gêneros agrícolas, particularmente o açúcar e o algodão. O café só entraria em crise no decênio seguinte. Mas no vale do Paraíba já se pressentia a decadência da lavoura cafeeira, nessa região, e alguns fazendeiros já se interessavam por investimentos na indústria textil do algodão (9).

O agrarismo continuava, entretanto, a dominar o ambiente nacional e uma vaga de liberalismo espraiava-se pelo país. Bastiat, divulgado na década anterior, principalmente por Tavares Bastos, tornava-se a grande autoridade dos que falavam em nome da “ciência econômica”. Agrarismo e liberalismo refletiram-se nas tarifas aduaneiras e, terminada a Guerra do Paraguai, alterações alfandegárias foram feitas, visando, particularmente, aliviar os gêneros alimentícios e as matérias primas. Essa tendência culminou na tarifa Rio Branco de 1874 que, presa ainda às exigências do fisco, inaugurou, contudo, um liberalismo moderado que não contentou os liberais e alienou os conservadores; que não satisfêz nem à lavoura, nem à indústria.

Dois acontecimentos foram necessários para despertar o país e reforçar as hostes daqueles que lutavam pela industrialização como agente de progresso e de estabilidade econômica. O primeiro veio abalar o próprio agrarismo e sua fé no cultivo do solo, “altamente remunerador, mesmo com processos rotineiros”: foi a depressão econômica que já atingira os países industriais e que, em 1875, alcançaria o Brasil onde a manifes-

---

(9). — *Ibid.*, p. 12.

tação mais espetacular da crise foi a falência de vários estabelecimentos de crédito, entre êles o Banco Nacional e o Banco Mauá. O país entraria num longo período de mal-estar econômico, ora atenuando-se, ora agravando-se, principalmente com a crise cafeeira de 1880-1886, mal-estar êste que seria um fator decisivo no desenvolvimento do nosso nacionalismo econômico.

O segundo veio provocar e unir em suas reivindicações a própria indústria existente que se debatia em crise, incapaz de se firmar, diante da concorrência cada vez maior dos produtos estrangeiros. O progresso técnico das indústrias européias e, por outro lado, o desenvolvimento dos meios de transporte, a penetração da estrada de ferro pelo interior do Brasil, a instalação das linhas telegráficas, tudo contribuía para mais um avanço na conquista dos mercados brasileiros pelas mercadorias estrangeiras. A técnica européia invadia a arcaica estrutura econômica do Brasil, ameaçando destruí-la. Do ponto de vista comercial, efetuava-se uma verdadeira conquista de nossos mercados consumidores. Era como se um novo tratado de 1810 tivesse sido assinado, firmando a capitulação da nossa independência econômica. Desta vez, porém, já existia, no Brasil, frágil embrião de indústria que, em nome do nacionalismo, reagiria e procuraria impor-se por meio de uma política protecionista.

Caracterizou-se essa terceira fase do movimento industrialista pelo conagraçamento da indústria existente que pela primeira vez no país vai se unir para tentar defender seus interesses e impor seus objetivos.

Iniciou o movimento a indústria de chapéus. A partir de 1873-1874, as fábricas de chapéus, cuja matéria-prima era o pêlo de lebre, começaram a sofrer a concorrência dos chapéus de lã fabricados na Alemanha, onde novos processos manufatureiros faziam-nos tão perfeitos a ponto de se confundirem com os de lebre, e, naturalmente, por preço inferior. Sèriamente ameaçados, os chapeleiros apelaram, inútilmente, tanto à Associação Comercial, como à comissão encarregada de rever a tarifa. Desesperados, recorreram à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, agremiação que, fundada em 1828, ocupava-se, principalmente, com o aperfeiçoamento técnico da agricultura. Degladiada entre os pareceres das seções de agricultura, de indústria fabril e de comércio, que sustentavam pontos de vista antagônicos, é significativo que, submetidos a votação, tenha saído vitorioso o parecer da seção de indústria que advogava uma taxa alfandegária de quase 100%. Em vista dêsse resulta-

do, resolveu-se enviar ao govêrno uma representação. em nome da Sociedade Auxiliadora, concitando-o a promover o desenvolvimento industrial e amparar as fábricas já existentes, por meio de uma tarifa adequãda. A representação não mereceu a menor atenção por parte dos poderes públicos. Não se dando, porém, por vencidos, continuaram os industriais, pela imprensa e por meio de opúsculos distribuídos gratuitamente, a defender a sua causa.

Em meados de 1880, foi convocada, por uma circular assinada por 21 firmas industriais, uma reunião “de todos aquêles que se interessassem pelo desenvolvimento do trabalho nacional” (10). Durante a reunião foram discutidos problemas concretos, como, por exemplo, a instabilidade da tarifa aduaneira, a necessidade de um inquérito industrial e, evidentemente, a urgência de uma política que animasse a indústria nacional. Como resultado prático deliberou-se fundar uma associação para a defesa dos interêsses da classe e poucos dias depois estava constituída a Associação Industrial cuja diretoria definitiva foi eleita em 1881. Estava a indústria organizada para a luta, tendo como líder, no Congresso, Antônio Felício dos Santos.

Era êste natural de Minas Gerais e pertencia a uma família que se distinguira por suas atividades empreendedoras no campo da indústria. Formara-se em medicina, mas a política e as atividades industriais parecem ter absorvido grande parte do seu tempo, e a dedicação de sua vida. Era industrial de tecidos e, durante a República, o encontramos interessado na indústria de papel.

Iniciou a Associação Industrial a sua luta divulgando um manifesto redigido por Felício dos Santos e que é um dos documentos básicos para se conhecer as idéias que animavam o movimento inicial em prol da industrialização do Brasil. Era, essencialmente, um instrumento de propaganda e não defendia nenhuma doutrina econômica. Pleiteando, ao contrário, a objetividade e a consideração da realidade brasileira, constituía um libelo contra os doutrinários, os acadêmicos que, por convicção ou por interêsse queriam condenar o Brasil a permanecer um país essencialmente agrícola. Era um ataque contra o romantismo da posição liberal, dos “poetas-economistas” como dizia Felício dos Santos. Sua argumentação a favor da industrialização do país resumia-se nos seguintes pontos: pela industrialização o Brasil não só obteria a independência econô-

---

(10). — Nícia Villela Luz, *op. cit.*, p. 50.

mica, mas resolveria alguns dos seus problemas, pois atrairia para o país braços e capitais estrangeiros, ocuparia uma população urbana desocupada que poderia suscitar uma questão social, livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora e, abastecendo o mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial.

Quanto ao protecionismo pleiteado, êle não se baseava em nenhum sistema pré-estabelecido. Pretendia, ao contrário, fundar-se na situação real do país, atingindo apenas as indústrias viáveis, conceito um tanto vago que sancionaria a existência de um regime de favoritismo. Refutando as acusações de que advogavam um regime proibitivo, alegavam os industrialistas que as taxas solicitadas eram moderadas, pois reconheciam que taxas exageradas isolariam o país e não era isso o que desejava a indústria nacional. O que ela exigia, antes de tudo, era uma certa estabilidade aduaneira.

Dentre os argumentos protecionistas destacava-se o do desequilíbrio, no comércio exterior do Brasil, do balanço de pagamentos, argumento que talvez tenha sido o mais decisivo para uma certa mudança na orientação da política econômica brasileira, no fim do Império e que, certamente, foi o elemento mais poderoso na evolução do nosso nacionalismo econômico. Já apontado no manifesto da Associação Industrial, êsse argumento foi desenvolvido por Felício dos Santos que chamava a atenção para o desequilíbrio real do nosso balanço de pagamentos, mascarado pelos saldos fictícios da balança comercial.

Os conceitos exarados por Felício dos Santos e outros industrialistas do fim do Império, floresceriam e se precisariam nacionalista das primeiras décadas republicanas. Amaro Cavalcanti e Serzedelo Corrêa que representam, respectivamente, duas etapas do desenvolvimento do pensamento econômico nacionalista das primeiras décadas republicanas. Amaro Cavalcanti foi essencialmente um industrialista e seu otimismo refletia os primeiros entusiasmos republicanos. Serzedelo Corrêa cujo pensamento era fruto das crises da década de noventa, já frisava não apenas o desenvolvimento industrial, mas o de toda a produção do país.

Mas voltemos ao Império para indagar dos resultados obtidos pela campanha industrialista na década de oitenta. A queda dos preços do café, as oscilações cambiais, a situação econômica do país, toda uma conjuntura, enfim, que traduzia as grandes transformações por que passava a nação, contribuía para levar o governo imperial a encarar o problema da ne-

cessidade de amparo à produção nacional em todos os seus aspectos e, em particular, o fomento dos recursos naturais do Brasil. O desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos, especialmente, alarmava alguns de seus membros.

Do ponto de vista alfandegário, a nova orientação do governo imperial evidenciou-se na tarifa Belisário, de 1887, que, entretanto, mais uma vez, pautou-se pelos interesses do fisco. A proteção visou, principalmente certos produtos agropecuários, como o charque, o milho, o arroz, com o objetivo de favorecer a produção nacional e, particularmente, a dos estabelecimentos coloniais. Os industriais não deixaram de demonstrar seu descontentamento. As fábricas de tecidos de algodão e de juta moveram uma violenta campanha contra a tarifa de 1887 que havia aumentado os direitos sobre suas matérias primas, fio tinto de algodão e fio de juta e havia reduzido as taxas sobre os sacos, tanto de algodão como de aniam, a fim de favorecer a lavoura. Acentuavam-se, portanto, na política alfandegária brasileira duas tendências -- a proteção à matéria-prima nacional, o que equivalia à uma defesa da produção agrícola e extrativa do país, e a defesa do consumidor, representado, principalmente pelas classes rurais. Dentro, porém, dessas limitações, estava o governo imperial disposto a levar avante uma política econômica de defesa e amparo da produção nacional, como atesta o projeto de revisão aduaneira encontrado nos arquivos do Ministério da Fazenda, quando se deu a transformação do regime, com a queda da Monarquia e a proclamação da República.

O novo regime, reafirmando a fé no futuro, a crença nos recursos inexplorados e nas riquezas inesgotáveis do Brasil, veio favorecer as reivindicações nacionalistas e o industrialismo. Pode-se, entretanto, distinguir, no movimento a favor da industrialização do Brasil, durante a primeira República, também três fases: a do industrialismo da primeira década republicana, industrialismo cuja validade e cuja oportunidade seriam postas em xeque, principalmente depois de 1898 com a grave situação financeira do país; a da grande ofensiva protecionista do início do século que morreria em 1907, com o abandono do projeto protecionista de João Luís Alves; e, finalmente, a fase de consolidação em que a indústria, já firmemente enrincheirada na política nacional, vai defender suas conquistas contra seus adversários que a acusavam principalmente, de ser responsável pela carestia de vida que afligia o país.

Favorecida pelo nacionalismo da década de oitenta e impulsionado pelo próprio desenvolvimento da indústria nacional no último quartel do século XIX, a campanha em prol da industrialização ganhou terreno, particularmente, depois da abolição do regime escravista. Até então as energias nacionais tinham estado ocupadas com o grande problema da escravidão. A sua extinção, por outro lado, transformando em assalariados milhares de trabalhadores, e a necessidade de amparar, por meio de créditos, a influente classe dos ex-proprietários de escravos, levaram o governo imperial a adotar uma política de facilitação de créditos e de aumento do meio circulante. Essa política, aliada à prosperidade do país, graças à enorme safra cafeeira de 1888-1889 (quase 7 milhões de sacas) e ao afluxo de capitais estrangeiros, principalmente sob a forma de empréstimos governamentais (6.297.300 libras em 1888 e 19.837.000 em 1889) provocou uma expansão dos negócios que se traduziu pela formação de inúmeras empresas comerciais e industriais (11).

O espírito conservador do Império, sua prudência e sua tradicional política monetária continham, porém, os excessos do entusiasmo brasileiro. Proclamada a República, tôdas as amarras foram rompidas. As emissões sucediam-se vertiginosamente e às sociedades anônimas foi outorgada plena liberdade. Os resultados não se fizeram esperar. Multiplicaram-se as empresas de tôda a sorte e uma espécie de loucura financeira apoderou-se do país, particularmente da praça do Rio de Janeiro. Esse período é conhecido em nossa história sob a denominação de Encilhamento.

Essas empresas abrangiam tôda a espécie de negócios, muitos inteiramente fictícios: empresas industriais, de navegação, de colonização, de exploração agrícola, etc. Era, porém, a indústria o grande alvo do momento. Só ela, acreditava-se, era capaz de realizar o nosso progresso, de nos libertar do acanhado atraso em que vivia o Brasil. Era sob o seu signo, reclamavam os industrialistas, que o nôvo regime deveria conduzir os “esplêndidos destinos” de um país dotado da “região mais rica da terra” (12). Para Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, o industrialismo era, mesmo, uma questão política — a da consolidação do nôvo regime (13).

---

(11). — Nícia Villela Luz, *op. cit.*, p. 97.

(12). — *Ibid.*, p. 100.

(13). — *Ibid.*, p. 161.

Levados por êste entusiasmo e iludidos com a prosperidade aparente produzida pelas emissões, sem assentar os seus planos sôbre cálculos objetivos, nem consultar as possibilidades do mercado interno e sem levar em conta as condições econômicas do país, as fábricas fizeram, no exterior, fantásticas encomendas de maquinaria e aparelhamento. As conseqüências dêsse excessivo otimismo não se fizeram esperar e a falsa riqueza produzida pela plethora de papel-moeda não tardou a desmoronar. Por ocasião do golpe de estado do Marechal Deodoro, em 30 de novembro de 1891, pouco ou nada subsistia do entusiasmo e da confiança inicial e já a crise era um fato consumado.

Grandes interêsses estando envolvidos, ergueu-se, por parte das emprêsas, um forte clamor, pleiteando o auxílio direto do govêrno por meio da concessão de crédito. Essa campanha revelou as primeiras manifestações contra a direção que o desenvolvimento industrial brasileiro estava seguindo. A nação, há pouco, quase unânimemente favorável, entusiasta mesmo do progresso das indústrias nacionais, dividiu-se. Dúvidas surgiram sôbre a viabilidade ou não de certas indústrias, preparando terreno para uma certa descrença a respeito do destino industrial do Brasil.

Agravando-se a situação financeira do Brasil, principalmente depois da crise cafeeira de 1897-1898, avolumaram-se as hostes adversárias à industrialização. Um ambiente de desilusão apossava-se do país e o repúdio às indústrias ditas “artificiais” ganhava a nação e atingiu o áuge com a enérgica campanha de Murтинho, em 1898. Joaquim Murтинho, profundamente impressionado com a crise que presenciava, condenava o nosso processo industrial e a sua “marcha anônima, irregular e profundamente viciosa” (14).

Impunha-se uma revisão da política de proteção às indústrias. O resultado foi a tarifa decretada em 1897 que assinala, na República, a primeira tentativa para pôr em xeque o industrialismo inaugurado pelo nôvo regime. A reação, porém, fôra longe demais. Ela atingira interêsses sôlidamente estabelecidos, como o das fábricas de tecidos de algodão que foram duplamente prejudicadas, pois a nova pauta, além de reduzir as taxas sôbre tecidos, aumentara as do fio.

Entre os industrialistas brasileiros, havia uma corrente que reconhecia os abusos praticados em nome da proteção à

---

(14). — *Ibid.*, p. 79.

indústria nacional. Impressionado também com a gravíssima situação financeira do país, estava êsse grupo disposto a apoiar a política econômica do govêrno, no sentido de uma tarifa menos onerosa para o consumidor, contanto, porém, que as indústrias “viáveis” existentes não fôsem abandonadas. Em consequência procedeu-se a nova revisão aduaneira que teve, contudo, como principal objetivo, uma arrecadação mais eficiente e mais rendosa, pois a nova tarifa, decretada em 1900, constituia peça fundamental da política financeira saneadora de Murtinho.

Suficientemente protegida pela nova tarifa, a indústria nacional, porém, iria logo sofrer ligeiro mal-estar com a elevação cambial de 1901. Sob a influência da crise, foi-se firmando a opinião de que o problema nacional não era apenas financeiro, mas principalmente econômico — sofríamos uma crise de subprodução, éramos, diríamos hoje, um país subdesenvolvido. A solução, proclamavam os industrialistas, estava na industrialização do país, porque, sem a indústria, o desenvolvimento das outras atividades econômicas seria precário. Era o que o Congresso de Engenharia, realizado no Rio de Janeiro, em 1901, afirmava, refletindo o pensamento nacionalista brasileiro e reivindicando, para o Brasil uma política protecionista.

O momento, porém, não era favorável a um industrialismo puro. O movimento que ia empolgar uma forte corrente da opinião pública era o da defesa e fomento da produção nacional, tanto industrial, quanto extrativa e agropecuária. Essa tendência já se manifestara por ocasião de revisão das tarifas, em 1895, mas agora apresentará uma amplitude maior. Do ponto de vista da política protecionista, êsse movimento, impulsionado por interesses regionais e particulares, vai tomar duas direções principais — uma visando o que se chamou, na época, a “nacionalização” das nossas indústrias e outra a proteção aos produtos agropecuários, como a manteiga, carne, charque e os cereais. Representavam, no fundo, dois aspectos da mesma tendência, isto é, a reação contra o que se denominava o “artificialismo” das nossas indústrias e o propósito de basear o nosso desenvolvimento econômico sobre os produtos da terra.

Êsse movimento protecionista que visou não apenas as indústrias, mas tôda a produção nacional, concretizou-se no projeto de reforma alfandegária apresentado, em 1904, por João Luís Alves. Apesar de ser um reflexo fiel das tendências nacionalistas da época, êsse projeto sofreu forte oposição, repre-

sentada por interêsses regionais, pelos do fisco, os da lavcura cafeeira e os de certas indústrias. Permaneceu encahado na Câmara dos Deputados e acabou sendo abandonado em 1908.

A indústria, aliás, por esta época, havia, de um modo geral, conseguido um reforço das barreiras alfandegárias, pela elevação da quota-ouro sôbre os direitos de importação. A elevação do impôsto-ouro não contrariava, favorecia mesmo a política financeira do govêrno cuja preocupação constante era a satisfação de seus compromissos externos. Foi, assim, o único meio de se conseguir, no momento, uma maior proteção às indústrias nacionais. Outra solução foi a estabilização da moeda a câmbio relativamente baixo, medida pleiteada tanto pelas indústrias como por outros interêsses ligados à produção nacional exportável, particularmente os relativos ao café. Ambas as soluções contribuíam, contudo, para a elevação do custo de vida, o que justificava a hostilidade crescente da opinião pública em relação à indústria nacional.

Esta, porém, firmava-se apesar da oposição que continuava a receber de certos setores e dos ataques que sofria, atribuindo-se-lhe, particularmente, a responsabilidade pela carestia da vida, nos anos que precedem a primeira guerra mundial. Vinculada, entretanto, já a interêsses econômicos consideráveis, a indústria nacional só tenderá a ganhar cada vez mais terreno, na política nacional, para, pouco a pouco impor-se definitivamente. Por três vêzes consecutivas, em 1909-1910, 1913-1918 e 1919-1920 ela resistiu, vitoriosa, às tentativas de reforma aduaneira visando implantar uma tarifa alfandegária mais liberal. Ainda sofrerá crises e sua viabilidade ainda será discutida. Mas os ataques vão se amortecendo e seu lugar como elemento capital e dinâmico da economia brasileira impõe-se definitivamente.

Para concluir, podemos dizer que o industrialismo, com seus argumentos, suas campanhas, seu desêjo de dotar o país de um vigoroso sistema industrial, por si só não bastava para efetuar essa industrialização. Foi necessária, naturalmente, a ocorrência de circunstâncias favoráveis a essa industrialização, particularmente a expansão do setor exportador. Mas pelo fato de estar sempre alerta a essas circunstâncias favoráveis, o movimento industrialista soube aproveitá-las e mostrar-se sempre pronto a apresentar suas reivindicações, particularmente por ocasião de cada crise econômica que, revelan-

do a vulnerabilidade econômica de um país exclusivamente agrícola, constituía um verdadeiro desafio à industrialização. Esta afirmação é particularmente válida para a época imperial. Sob a República, as crises econômicas serão, ao contrário, motivos para ataques contra a indústria nacional. Esta, porém, como afirmamos, implicava já consideráveis interesses de ordem nacional para ser abandonada. A partir da República tornou-se irreversível o processo de industrialização do Brasil.

**NÍCIA VILLELA LUZ**

Instrutora da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.